

No. 39144

**Brazil
and
Bolivia**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia on the recovery of stolen or illicitly imported or exported cultural and other specific property. La Paz, 26 July 1999

Entry into force: *26 July 2002 by notification, in accordance with article VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 February 2003*

**Brésil
et
Bolivie**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie relatif à la récupération des biens culturels, du patrimoine et autres effets volés importés ou exportés illégalement. La Paz, 26 juillet 1999

Entrée en vigueur : *26 juillet 2002 par notification, conformément à l'article VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 février 2003*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA SOBRE A RECUPERAÇÃO
DE BENS CULTURAIS, PATRIMONIAIS E OUTROS ESPECÍFICOS
ROUBADOS, IMPORTADOS OU EXPORTADOS ILICITAMENTE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Reconhecendo a importância de proteger o patrimônio cultural de ambos os países;

Reiterando o estipulado em mecanismos internacionais de defesa do patrimônio cultural, como a “Convenção da UNESCO sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens Culturais”, de 14 de novembro de 1970, e a “Convenção do “Unidroit” sobre Bens Culturais Furtados ou Ilícitamente Exportados, de 24 de junho de 1995”;

Conscientes do grave prejuízo que representa para as duas Partes Contratantes o roubo e a exportação ilícita de objetos que constituem esse patrimônio, tanto pela perda dos bens culturais como pelo dano que se infringe a locais e sítios arqueológicos, tais como igrejas e outros repositórios;

Desejosos de estabelecer normas comuns que permitam a recuperação dos referidos bens, nos casos em que os mesmos tenham sido roubados, importados ou exportados ilicitamente,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. Ambas as Partes Contratantes comprometem-se a proibir e impedir o ingresso em seus respectivos territórios de bens culturais, patrimoniais e outros específicos provenientes da outra Parte Contratante que careçam da respectiva autorização expressa para sua exportação.

2. Para efeito do presente Acordo, denominam-se “bens culturais, patrimoniais e outros específicos”, os abaixo relacionados que deverão ter sido produzidos há mais de cinquenta anos:

- a) os objetos de arte e artefatos arqueológicos procedentes das culturas pré-colombianas de ambos os países, incluindo elementos arquitetônicos, esculturas, peças de cerâmica, trabalhos de metal, têxteis e outros vestígios da atividade humana, ou fragmentos dela;
- b) objetos paleontológicos classificados e com certificação de origem de qualquer das Partes Contratantes;
- c) os objetos de arte e artefatos de culto religioso da época colonial e republicana de ambos os países, ou fragmentos dos mesmos;
- d) os documentos provenientes dos arquivos oficiais dos governos federal, estaduais e municipais, no caso da República Federativa do Brasil, e central, departamentais e municipais, no caso da República da Bolívia, ou outras entidades de caráter público, de acordo com as leis de cada Parte Contratante, ou com uma antigüidade superior a cinquenta anos, que sejam propriedade destes ou de organizações religiosas em favor das quais ambos os Governos

estejam habilitados a atuar. Ficam igualmente incluídos os documentos de propriedade privada que cada Parte Contratante considere necessário, por suas características especiais;

- e) antiguidades tais como moedas, inscrições e selos gravados;
- f) bens de interesse artístico como quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente à mão sobre qualquer suporte e em qualquer material, produção de originais de arte estatúária e de escultura em qualquer material, gravuras, estampados e litografias originais;
- g) manuscritos raros e incunábulo, livros, documentos e publicações com mais de cinquenta anos de interesse histórico, artístico, científico, literário, etc... sejam soltos ou em coleções;
- h) selos postais, selos fiscais e análogos, soltos ou em coleções;
- i) material fonográfico, fotográfico e cinematográfico;
- j) móveis e/ou mobiliário incluídos instrumentos de música;
- k) material etnológico, devidamente classificado;
- l) ficam igualmente incluídos os bens culturais e documentais de propriedade privada que cada Parte Contratante estime necessário por suas características especiais, e que estejam devidamente registrados e catalogados pela respectiva autoridade cultural competente.

ARTIGO II

1. A pedido de uma das Partes Contratantes, a outra empregará os meios legais ao seu alcance, dentro de seu território, para recuperar e devolver os bens arqueológicos, históricos e culturais.

2. Os pedidos de recuperação e devolução de bens arqueológicos, históricos e culturais deverão ser formulados por via diplomática.

3. Os gastos inerentes à recuperação e devolução mencionadas acima ficarão a cargo da Parte requerente.

ARTIGO III

1. As Partes Contratantes concordam em trocar informações destinadas a identificar quem, no território de uma delas, tenha participado no roubo ou exportação ilícita de bens arqueológicos, históricos e culturais.

2. As Partes Contratantes procurarão, igualmente, difundir entre as respectivas autoridades alfandegárias e policiais dos portos, aeroportos e fronteiras, informações relativas aos bens culturais que possam ser objeto de roubo ou tráfico ilícito, a fim de facilitar sua identificação e aplicação das medidas cautelares correspondentes.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes concordam em isentar de direitos alfandegários e demais impostos os bens arqueológicos, históricos e culturais que sejam recuperados e devolvidos em decorrência da aplicação do presente Acordo.

ARTIGO V

O presente Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes Contratantes. Cada Parte Contratante notificará a outra do cumprimento das formalidades internas necessárias à aprovação das modificações, as quais entrarão em vigor na data da segunda notificação.

ARTIGO VI

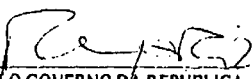
O presente Acordo vigorará indefinidamente, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, com um ano de antecedência, sua intenção de denunciá-lo.

ARTIGO VII

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades legais necessárias à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda dessas notificações.

Em fé do que, os representantes das Partes Contratantes, devidamente autorizados, assinam o presente Acordo.

Feito na cidade de La Paz, em 26 de julho de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPUBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro das Relações
Exteriores



PELO GOVERNO DA REPUBLICA
DA BOLÍVIA

Javier Murillo de la Rocha
Ministro de Relações
Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE BOLIVIA SOBRE LA RECUPERACION
DE BIENES CULTURALES, PATRIMONIALES Y OTROS ESPECIFICOS
ROBADOS, IMPORTADOS O EXPORTADOS ILCITAMENTE**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Bolivia
(en adelante denominados "Partes Contratantes"),

Reconociendo la importancia de proteger el patrimonio cultural de
ambos países;

Reiterando lo estipulado en mecanismos internacionales de defensa
del patrimonio cultural, como la "Convención de la UNESCO sobre las Medidas
que deben Adoptarse para Prohibir e Impedir la Importación, Exportación y
Transferencia de Propiedad Ilícitas de Bienes Culturales", de 14 de noviembre
de 1970 y la "Convención del UNIDROIT sobre la Restitución de Bienes
Culturales Robados o Exportados Ilícitamente", de 24 de junio de 1995;

Conscientes del grave perjuicio que representa para las dos Partes
Contratantes el robo y la exportación ilícita de objetos que constituyen ese
patrimonio, tanto por las pérdidas de los bienes culturales como por el daño que
se infringe a locales y sitios arqueológicos, tales como iglesias y otros
repositorios;

Deseosos de establecer normas comunes que permitan la
recuperación de los referidos bienes, en los casos en que los mismos hayan sido
robados, importados o exportados ilícitamente;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

1. Ambas Partes Contratantes se comprometen a prohibir e impedir el ingreso, en sus respectivos territorios, de bienes culturales, patrimoniales y otros específicos provenientes de la otra Parte Contratante, que carezcan de la respectiva autorización expresa para su exportación.

2. Para efecto del presente Acuerdo, se denominan "bienes culturales, patrimoniales y otros específicos", a los bienes abajo relacionados que deberán haber sido producidos hace más de cincuenta años.

- a) los objetos de arte y artefactos arqueológicos procedentes de las culturas precolombinas de ambos países, incluyendo elementos arquitectónicos, esculturas, piezas de cerámica, trabajos de metal, textiles y otros vestigios de la actividad humana, o fragmentos de ella;
- b) objetos paleontológicos clasificados y con certificación de origen de cualquiera de las Partes Contratantes;
- c) los objetos de arte y artefactos de culto religioso de la época colonial y republicana de ambos países, o fragmentos de los mismos;
- d) los documentos provenientes de los archivos oficiales de los gobiernos federal, estatales, municipales en el caso de la República Federativa de Brasil, y central, departamentales y municipales en el caso de la República de Bolivia, u otras entidades de carácter público de acuerdo a las leyes de cada Parte Contratante, o con una antigüedad superior a cincuenta años, que sean propiedad de éstos o de organizaciones religiosas a favor de las cuales ambos Gobiernos estén habilitados a actuar. Quedan igualmente incluidos los documentos de propiedad privada que cada Parte Contratante considere necesario, por sus características especiales;
- e) antigüedades tales como monedas, inscripciones y sellos grabados;

- f) bienes de interés artístico como cuadros, pinturas y dibujos hechos enteramente a mano sobre cualquier soporte y en cualquier material, producción de originales de arte estatuario y de escultura en cualquier material, grabados, estampados y litografías originales;

- g) manuscritos raros e incunables, libros, documentos y publicaciones con más de cincuenta años de interés histórico, artístico, científico, literario, etc. sean sueltos o en colecciones;

- h) sellos de correos, sellos fiscales y análogos, sueltos o en colecciones;

- i) material fonográfico, fotográfico y cinematográfico;

- j) muebles y/o mobiliario incluidos instrumentos de música;

- k) material etnológico, debidamente clasificado;

- l) quedan igualmente incluidos los bienes culturales y documentales de propiedad privada que cada Parte Contratante estime necesario por sus características especiales y que estén debidamente registrados y catalogados por la respectiva autoridad cultural competente.

ARTICULO II

1. A pedido de una de las Partes Contratantes, la otra empleará los medios legales a su alcance, dentro de su territorio, para recuperar y devolver los bienes arqueológicos, históricos y culturales.

2. Las solicitudes de recuperación y devolución de bienes arqueológicos, históricos y culturales deberán ser formuladas por vía diplomática.

3. Los gastos inherentes a la recuperación y devolución arriba mencionados estarán a cargo de la Parte solicitante.

ARTICULO III

1. Las Partes Contratantes concuerdan en intercambiar informaciones destinadas a identificar a quien, en el territorio de una de ellas, haya participado en el robo o exportación ilícita de bienes arqueológicos, históricos y culturales.

2. Las Partes Contratantes procurarán, igualmente, difundir entre las respectivas autoridades aduaneras y policiales de los puertos, aeropuertos y fronteras, informaciones relativas a los bienes culturales que puedan ser objeto de robo o tráfico ilícito, a fin de facilitar su identificación y aplicación de las medidas de cautela correspondientes.

ARTICULO IV

Las Partes Contratantes coinciden en exentar de derechos aduaneros y demás impuestos los bienes arqueológicos, históricos y culturales que sean recuperados y devueltos en consecuencia de la aplicación del presente Acuerdo.

ARTICULO V

El presente Acuerdo podrá ser modificado por mutuo consentimiento de las Partes Contratantes. Cada Parte notificará a la otra del cumplimiento de las formalidades internas necesarias para la aprobación de las modificaciones, las cuales entrarán en vigencia en la fecha de la segunda notificación.

ARTICULO VI

El presente Acuerdo tendrá vigencia indefinida, a menos que una de las Partes Contratantes comunique a la otra, con un año de anticipación, su intención de denunciarlo.

ARTICULO VII


Cada una de las Partes Contratantes notificará a la otra sobre el cumplimiento de las respectivas formalidades legales necesarias para la aprobación del presente Acuerdo, el cual entrará en vigencia en la fecha de la recepción de la segunda de esas notificaciones.

En fé, de lo cual, los representantes de las Partes Contratantes, debidamente autorizados, firman el presente Acuerdo.

Hecho en la ciudad de La Paz, el veintiseis de julio de mil novecientos y noventa y nueve años, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro das Relações
Exteriores


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
DE BOLIVIA

Javier Murillo de la Rocha
Ministro de Relações
Exteriores

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC
OF BOLIVIA ON THE RECOVERY OF STOLEN OR ILLEGALLY
IMPORTED OR EXPORTED CULTURAL PROPERTY, ELEMENTS OF
THE CULTURAL HERITAGE OR OTHER OBJECTS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Recognizing the importance of protecting the cultural heritage of the two countries,

Reiterating the provisions of international mechanisms for protecting the cultural heritage, such as the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property of 14 November 1970 and the International Institute for the Unification of Private Law (UNIDROIT) Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects of 24 June 1995,

Bearing in mind the serious harm to the two Contracting Parties resulting from the theft and illegal export of objects pertaining to this cultural heritage, both in terms of the loss of cultural property and damage to archaeological areas and sites, churches and other repositories, and

Desiring to establish common regulations for the recovery of such property where it has been stolen or illegally imported or exported,

Have agreed as follows:

Article I

1. The two Contracting Parties undertake to prohibit and prevent the entry into their respective territories of cultural property, elements of the cultural heritage or other objects originating in the other Contracting Party in the absence of specific authorization for the export thereof.

2. For the purposes of this Agreement, "cultural property, elements of the cultural heritage or other objects" means goods mentioned below which have been produced for more than 50 years:

(a) Art and artefacts of the two countries' pre-Colombian cultures, including architectural elements, sculpture, ceramics, metalwork, textiles and other remains of human activity, or fragments thereof;

(b) Classified paleontological objects with a certificate of origin from either Contracting Party;

(c) Religious art and artefacts from the Colonial and Republican era of the two countries, or fragments thereof;

(d) Documents from the official archives of federal, state or municipal governments, in the case of the Federative Republic of Brazil, and of the central, departmental and municipal governments, in the case of the Republic of Bolivia, or of other entities of a public nature, in accordance with the legislation of each Contracting Party, or documents more than 50 years old which are the property of the said governments or of religious groups on behalf of which the two Governments are empowered to act. Documents in private hands which either Contracting Party deems essential by reason of their specific characteristics shall also be included;

(e) Antiquities such as coins, inscriptions and engraved seals;

(f) Property of artistic interest, such as pictures, paintings and drawings produced entirely by hand on any support and in any material; original works of statuary art and sculpture in any material; and original engravings, prints and lithographs;

(g) Rare manuscripts and incunabula; books, documents and publications of interest (historical, artistic, scientific, literary, etc.) and more than 50 years old, singly or in collections;

(h) Postage, revenue and similar stamps, singly or in collections;

(i) Sound, photographic and cinematographic materials;

(j) Articles of furniture and/or fittings, including musical instruments;

(k) Duly classified ethnological materials; and, in addition;

(l) Privately owned cultural and documentary property which either Contracting Party deems necessary by reason of its special characteristics and which is duly registered and catalogued by the competent cultural authority of the said Contracting Party.

Article II

1. At the request of either Contracting Party, the other Contracting Party shall use all legal means at its disposal, within its territory, to recover and return archaeological, historical or cultural property.

2. Requests for the recovery and return of archaeological, historical or cultural property shall be submitted through the diplomatic channel.

3. The costs of the aforementioned recovery and return shall be borne by the requesting Party.

Article III

1. The Contracting Parties agree to exchange information for the purpose of identifying persons in either of their territories who have been involved in the theft or illegal export of archaeological, historical or cultural property.

2. The Contracting Parties shall also endeavour to disseminate information concerning stolen or illegally trafficked cultural property to their respective customs and police authorities at ports, airports and border points in order to facilitate their identification and the taking of appropriate preventive measures.

Article IV

The Contracting Parties agree to exempt archaeological, historical and cultural property recovered and returned under this Agreement from customs duties and other taxes.

Article V

This Agreement may be modified by mutual consent of the Contracting Parties. Each Contracting Party shall notify the other when it has completed the domestic procedures required for the approval of such modifications, which shall enter into force on the date of the second such notification.

Article VI

This Agreement shall remain in force indefinitely unless one Contracting Party gives the other Contracting Party one year's notice of its intention to terminate it.

Article VII

Each Contracting Party shall notify the other Contracting Party when it has completed the legal procedures required for the adoption of this Agreement, which shall enter into force on the date of receipt of the second such notification.

In witness whereof the representatives of the Contracting Parties, being duly authorized thereto, have signed this Agreement.

Done at La Paz on 26 July 1999, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Bolivia:

JAVIER MURILLO DE LA ROCHA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE RELATIF À LA RÉCUPÉRATION DES
BIENS CULTURELS OU PATRIMONIAUX ET AUTRES BIENS
SPÉCIFIQUES VOLÉS OU ILLICITEMENT IMPORTÉS OU EXPORTÉS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie (ci-après dénommés " les Parties contractantes "),

Conscients qu'il est important de protéger le patrimoine culturel des deux pays;

Réitérant les stipulations des mécanismes internationaux de défense du patrimoine culturel tels que la Convention de l'UNESCO concernant les mesures à prendre pour interdire et empêcher l'importation, l'exportation et le transfert de propriété illicites des biens culturels, du 14 novembre 1970, et la Convention de l'Institut international pour l'unification du droit privé (Unidroit) sur le retour international des biens culturels volés ou illicitement exportés, du 24 juin 1995;

Conscients du grave préjudice que représentent pour les deux Parties contractantes le vol et l'exportation illicite d'objet constituant ledit patrimoine, en raison tant de la perte de biens culturels que des dommages causés aux lieux et aux sites archéologiques tels qu'églises et autres dépôts;

Désirant établir des règles communes qui permettent le retour des biens en question lorsque ceux ci ont été volés ou illicitement importés ou exportés;

Conviennent comme suit :

Article premier

1. Les deux Parties contractantes s'engagent à interdire et à empêcher l'entrée sur leur territoire respectif de biens culturels et patrimoniaux et d'autres biens spécifiques en provenance de l'autre Partie contractante, en l'absence d'autorisation expresse d'exportation.

2. Aux fins du présent Accord, l'expression " biens culturels et patrimoniaux et autres biens spécifiques " s'entend des biens mentionnés ci dessous qui ont été produits depuis plus de 50 ans :

a) Les objets d'art et les éléments archéologiques originaires des cultures précolombiennes des deux pays, y compris les oeuvres d'architecture, de sculpture, de poterie, du travail des métaux, les textiles et les autres vestiges de l'activité humaine, ou leurs fragments;

b) Les objets paléontologiques classés avec certificat d'origine émanant de l'une ou l'autre des Parties contractantes;

c) Les objets d'art et objets du culte des périodes coloniale et républicaine des deux pays, ou leurs fragments;

d) Les pièces et documents provenant des archives officielles du Gouvernement fédéral et des administrations des États et des municipalités de la République fédérative du Brésil, et des administrations centrale, départementales et municipales de la République de Bolivie, ou d'autres entités de caractère public, en conformité avec les lois de chacune des Parties contractantes, ou ayant plus de 50 ans d'âge et appartenant à ces entités ou aux organismes religieux en faveur desquels les deux Gouvernements sont habilités à agir. Sont également inclus les pièces et documents privés que chacune des Parties contractantes estime nécessaires en raison de leurs caractéristiques particulières;

e) Les objets d'antiquité tels que monnaies, inscriptions et sceaux gravés;

f) Les biens d'intérêt artistique tels que tableaux, peintures et dessins faits entièrement à la main sur tout support et en toutes matières, les productions originales de l'art statuaire et de la sculpture en toutes matières, les gravures, estampes et lithographies originales;

g) Les manuscrits rares et incunables, livres, documents et publications anciens d'intérêt historique, artistique, scientifique, littéraire, etc., isolés ou en collections;

h) Les timbres-poste, timbres fiscaux et analogues, isolés ou en collections;

i) Les archives phonographiques, photographiques et cinématographiques;

j) Les objets d'ameublement et les instruments de musique;

k) Le matériel ethnologique, dûment classé;

l) Sont aussi inclus les biens culturels et documentaires de propriété privée que chacune des Parties contractantes estime nécessaires en raison de leurs caractéristiques particulières et qui sont dûment enregistrés et catalogués par les autorités culturelles compétentes respectives.

Article II

1. À la demande d'une Partie contractante, l'autre Partie contractante met en oeuvre les moyens juridiques dont elle dispose dans son territoire pour récupérer et restituer les biens archéologiques, historiques et culturels.

2. Les requêtes aux fins de la récupération et de la restitution des biens archéologiques, historiques et culturels doivent être présentées par la voie diplomatique.

3. Les frais afférents aux opérations susmentionnées de récupération et de restitution sont à la charge de la Partie requérante.

Article III

1. Les Parties contractantes conviennent d'échanger des renseignements visant à identifier les personnes qui, dans le territoire de l'une d'entre elles, ont pris part au vol ou à l'exportation illicite de biens archéologiques, historiques et culturels.

2. Les Parties contractantes s'efforcent également de diffuser auprès des autorités douanières et des forces de police des ports, des aéroports et des frontières, les renseignements concernant les biens culturels pouvant faire l'objet de vol ou de trafic illicite, afin de faciliter leur identification ainsi que l'application des mesures conservatoires voulues.

Article IV

Les Parties contractantes conviennent d'exempter de droits de douane ou d'autres charges les biens archéologiques, historiques et culturels restitués en application du présent Accord.

Article V

Le présent Accord peut être modifié du consentement mutuel des Parties contractantes. Chaque Partie contractante notifiera à l'autre l'accomplissement des formalités nécessaires à l'approbation des modifications, lesquelles entreront en vigueur à la date de la deuxième notification.

Article VI

Le présent Accord aura une durée indéfinie, à moins que l'une des Parties contractantes ne notifie à l'autre, avec un préavis d'un an, son intention de le dénoncer.

Article VII

Chacune des Parties contractantes notifiera à l'autre l'accomplissement des formalités juridiques respectives nécessaires à l'approbation du présent Accord, lequel entrera en vigueur à la date ou sera reçue la deuxième notification.

En foi de quoi, les représentants des Parties contractantes, dûment autorisés, signent le présent Accord.

Fait à La Paz le 26 juillet 1999, en deux exemplaires originaux en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre d'État aux relations extérieures,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République de Bolivie :
JAVIER MURILLO DE LA ROCHA
Ministère des relations extérieures et du culte

